



O Judiciário

Edição: n° 002 / junho 2015



**Muito trabalho em equipe,
bastante diálogo entre
todos e muita boa vontade,
sobretudo, dos servidores**

Luatom Bezerra Adelino de Lima
Juiz da Comarca de Goiatins

A experiência inovadora da Secrim

A Secretaria das Varas Criminais (Secrim) completa um mês de funcionamento. Com 1,2 mil processos com atos cumpridos nos primeiros 30 dias, a Secrim reúne servidores responsáveis pelo atendimento das determinações judiciais em processos eletrônicos em tramitação nas 1ª, 2ª e 3ª Varas Criminais de Palmas. Os mais de mil processos já remetidos à unidade e a uniformização das rotinas dos servidores envolvidos provocam uma avaliação positiva dos responsáveis pela Secrim.



Projeto em execução no TJTO
revitaliza Ouvidoria Judiciária
com foco no papel do cidadão

“Caminhos da Justiça” discute um
novo Poder Judiciário com juízes e
servidores das 42 comarcas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ESTADO DO TOCANTINS

IN VERBIS

Ronaldo Eurípedes

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

A construção de um Judiciário moderno, célere e eficaz, perpassa pelo reconhecimento de unidade em que todo Poder Republicano idealizado no modelo de freios e contrapesos e de interdependência harmônica, deve se pautar.

Pensar de forma individualizada é, sem dúvida, estar fadado ao insucesso. Se todos nós buscamos ao final, prestar um melhor serviço público, a noção de unidade deve ser regra e pilar de nossas decisões.

Assim, a sua Comarca, é a nossa Justiça, os seus problemas são os nossos, como os méritos também os são. Dessa forma é que entendo o Judiciário pelo qual anseia a sociedade. Na Comarca da capital, no sul ou no norte do Estado, a melhor prestação jurisdicional é o que devemos oferecer.

Não por acaso, a nossa missão nos desafia a garantir a cidadania através de uma justiça célere, porque o resultado prático da justiça aplicada nos autos é promover a paz e a ordem social.

Vivemos tempos difíceis, e o Poder Judiciário se apresenta como o pilar republicano do qual se espera o resgate da ética, da eficiência, da inovação, da cooperação, da transparência, do comprometimento e da sustentabilidade. Esse conjunto de valores pauta a gestão do Tribunal de Justiça, focada em tornar o Judiciário do Tocantins capaz de garantir a sua missão.

Pelo projeto “Caminhos da Justiça”, percorreremos as 42 comarcas do Estado para um encontro direto, franco e pautado num diagnóstico desenhado por quem vive o Judiciário em seu cotidiano, com suas peculiaridades e vicissitudes, de onde também, tenho certeza, sairão as melhores soluções para o nosso aprimoramento.

Já estivemos em Paraíso, Palmas, Ponte Alta do Tocantins, Porto Nacional, Gurupi e Peixe. Em toda comarca, numa conversa aberta, magistrados e servidores nos apresentam o que os números e relatórios não alcançam. As

primeiras experiências nos revelam que nos falta pouco, muito pouco, para alcançarmos nossas metas. Tenho certeza que ao final da caminhada, teremos a confirmação de que a percepção inicial de uma justiça pautada na unidade, se confirmará em ações materializadas em uma atitude que ousa antecipar – COLABORAÇÃO!

Somos referência em processo eletrônico no cenário nacional, nossos servidores e magistrados, comprometidos com a construção de um Estado promissor e justo, possuem uma carreira sólida, valorizada e bem remunerada. Nosso custo é alto e isso tem impacto nos degraus que temos que galgar. Contudo, os investimentos devem continuar, por isso repito, não há outro caminho a seguir senão a colaboração na construção de uma prestação jurisdicional que equacione forças, equilibre despesas e seja um projeto de todos!

É preciso pensar métodos, práticas, num modelo em que cada um funcione como gestor da meta traçada. A meta que não é minha, ou sua, mas do Judiciário do Tocantins. Toda nossa inspiração deve focar na potencialização do nosso capital humano, mirar a produtividade e a resolução final dos litígios. Com o necessário e essencial apoio dos meus pares, decisões estão sendo tomadas. Gestão, também é parceria.

Desafio a todos, servidores e magistrados do Tocantins, a despertarem o gestor que, tenho certeza, existe em cada um de vocês. As ferramentas estão sendo construídas e dependem do hábil manuseio de vossas mãos. Imbuídos nesse projeto, levaremos sim uma melhor justiça à sociedade, mas também, e isso me motiva de igual modo, faremos justiça aos nossos investimentos e ao nosso árduo trabalho, colocando o Poder Judiciário do Tocantins no lugar que merece.

Nesta edição do O Judiciário, já temos resultados desse novo modelo de unidade e colaboração. Convido você, parte integrante desse projeto, a conhecer as ações e a nos ajudar a pensar as novas. Vamos juntos!

Magistrado desde o dia 18 de dezembro de 2009, quando tomou posse no V Concurso para ingresso na carreira, vindo de Campina Grande (PB), o juiz Luatom Bezerra Adelino de Lima está sem nenhum processo aguardando sentença ou despacho, desde março deste ano. Depois de atuar como juiz substituto em Novo Acordo e em Palmas, passando pela 1ª Vara de Família e Sucessões, Vara de Precatórias e Falências e Concordatas, Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, 4ª Vara Criminal, foi titularizado em Goiatins, onde implantou a rotina que levou a Comarca a zerar os processos conclusos para despachos.

Um cartório sem processos esperando sentenças! Quais as práticas implantadas na comarca para se atingir este cenário em que o índice de atendimento às demandas é de 100%?

Desde março de 2015 o gabinete tem ficado regularmente com zero processo concluso para despacho, decisão ou sentença. No entanto, continuam existindo os processos judiciais e administrativos em trâmite nos cartórios e diretoria do Fórum. Atualmente contamos com um total de 1775 processos judiciais e administrativos ativos e em trâmite na Comarca, sendo 1320 cíveis, 451 criminais e apenas 4 na Diretoria do Fórum.

O que foi feito para se chegar a esses números?

Muito trabalho em equipe, bastante diálogo entre todos e muita boa vontade, sobretudo, dos servidores, mas que podemos sintetizar em dez passos. O primeiro, a digitalização de todo o acervo de processos judiciais e administrativos ativos. O segundo, a portaria delegando aos servidores a prática de atos de administração e de mero expediente sem caráter decisório. O terceiro, dar imediato destino a armas, bens, veículos e drogas apreendidos, consultando antes as partes sobre o interesse nesta custódia. O quarto, alteramos todos os modelos das comunicações judiciais a terceiros dos atos

OITIVA



processuais praticados. O quinto, uma mudança na forma como se trabalha o processo evitando-se o retrabalho. O sexto, retirar do ambiente tudo o que era inútil ao serviço judiciário. O sétimo, a utilização de serviços gratuitos de comunicação (Google talk, Google agenda, Google drive) pela internet para troca de informações entre todos os servidores e pessoal do gabinete. Já o oitavo foi evitar a designação de audiências inúteis. Adotamos a estratégia de primeiro garantir o contraditório constitucional só indo os processos para audiências se forem de instrução e julgamento. O nono passo, a incessante baixa de processos nos quais as partes não demonstram interesse no prosseguimento ou que a lei admite o encerramento. O décimo passo foi a organização dos localizadores de processos no e-Proc.

Quanto tempo a Comarca levou para atingir esse índice?

Efetivamente assumi a jurisdição desta Comarca no dia 18 de fevereiro de 2013, quando à época tínhamos 3.338 processos judiciais, tendo esse número reduzido até os atuais 1775 processos. Ou seja, uma redução de 46,8% do acervo

então existente na Comarca.

Goiatins tem uma Comarca considerada pequena, com poucos processos. Isso foi determinante para este resultado ou as práticas podem ser aplicadas em Comarcas maiores?

A Comarca de Goiatins é pequena hoje em números de processos

“Os passos pelos quais caminhamos podem ser adotados em qualquer unidade jurisdicional”

judiciais ativos, mas só assim está pelas rotinas aplicadas, senão ela ainda estaria com acervo ativo acima de três mil processos, correspondendo a muitas unidades de terceira entrância. Inclusive, segundo

dados estatísticos da Corregedoria Geral da Justiça publicados no Diário da Justiça no último dia 27 de maio, Goiatins é a 6ª em número de processos na primeira entrância, de um total de doze unidades, só perdendo para Axixá do Tocantins (2346), Tocantínia (2337), Wanderlândia (2137), Novo Acordo (2099) e Araguacema (1870). Porém em fevereiro de 2013 estava no topo dessa lista. Penso que os passos pelos quais caminhamos podem sim ser adotados por qualquer unidade jurisdicional, seja ela de primeira, segunda ou terceira entrância, já que adaptáveis aos quantitativos e níveis de complexidades de cada uma.



TJTO reestrutura ouvidoria cidadã

Projeto em implantação vai oportunizar ao cidadão mais conhecimento sobre atuação do Judiciário

A Ouvidoria Judiciária do Tocantins está sendo reestruturada com o objetivo de otimizar o acesso do cidadão às informações institucionais e de interesse público, dando-lhe resposta de forma satisfatória, ágil e fidedigna. Projeto neste sentido foi apresentado pela ouvidora do Poder Judiciário, desembargadora Ângela Prudente, ao presidente do TJTO, desembargador Ronaldo Eurípedes.

Resultado de amplo estudo e de visitas às Ouvidorias do CNJ e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que é modelo de prestação de serviços nesta área em todo o país, o projeto procura adequar a Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Tocantins à Resolução 103/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O projeto de reestruturação amplia o papel para o cidadão que procura

a Ouvidoria Judiciária do TJTO. “O cidadão passa a ser visto como um consultor especialíssimo, porque, ao invés de multiplicar a percepção de ineficiência, ele oportuniza o conhecimento de falhas que podem ser corrigidas e, quando não podem, os corretos esclarecimentos quanto às limitações de ordem legal, estrutural e/ou orçamentária. Esse reclamante passa então a reproduzir a idéia de respeito”, prevê o projeto.

Para a desembargadora Ângela Prudente, a Ouvidoria é o canal de comunicação entre o Poder Judiciário e a sociedade. “Queremos fazer a divulgação dos serviços prestados aos jurisdicionados de modo amplo, transparente e acessível”. Entre as sugestões apresentadas para que a Ouvidoria se torne mais eficiente está “permitir o acesso aos meios eletrônicos a quem procura o Judiciário, principalmente aquelas

pessoas mais humildes”.

A magistrada acrescenta que é preciso mudar a visão que se tem do órgão. “Precisamos por fim ao estigma de que a função da Ouvidoria é apenas controlar ou cobrar maior eficiência nos serviços prestados. Diferentemente, na busca por eficiência e transparência nos serviços públicos, as Ouvidorias assumem o papel de mediadoras imparciais e de legítimas colaboradoras, pois devem harmonizar o relacionamento entre a sociedade e as instituições públicas”.

O presidente Ronaldo Eurípedes parabenizou a desembargadora pela iniciativa da reestruturação da Ouvidoria Judiciária e disse que “o projeto tem todas as condições de ser um grande sucesso com resultados muito positivos para o Judiciário”.



**PODER JUDICIÁRIO
OUVIDORIA JUDICIÁRIA
ESTADO DO TOCANTINS**

Papel da Ouvidoria é definido pela Constituição Federal

O Poder Legislativo Federal captou o sentimento dos cidadãos que exigindo da Administração Pública a prestação de serviços de qualidade que atendam aos princípios constitucionais da eficiência e eficácia e que funcionem com transparência e visibilidade. Exemplo dessa percepção é a Emenda Constitucional 19/98 que, além de incluir o princípio da eficiência como uma das diretrizes básicas da Administração Pública, acrescentou o parágrafo 3 no artigo 37 da Constituição Federal para assegurar a participação dos usuários na prestação dos serviços públicos:

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e também o seguinte: **(...) Parágrafo 3** - A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: **I** - As reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, assegurando a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, interna e externa, da qualidade dos serviços; **II** - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observando o disposto no art 5, X e XXXIII; **III** - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função da administração pública.

Resolução Nº 103, de 24 de fevereiro de 2010

Art. 9º Os Tribunais mencionados no artigo 92, incisos II a VII, da Constituição Federal, deverão criar suas Ouvidorias judiciais, no prazo de sessenta dias, com estrutura permanente e adequada ao atendimento das demandas dos usuários, atribuindo-lhes as seguintes competências dentre outras que entenderem compatíveis com a sua finalidade:

I - receber consultas, diligenciar junto aos setores administrativos competentes e prestar informações e esclarecimentos sobre os atos praticados no âmbito do respectivo tribunal; **II** - receber informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios sobre as atividades do tribunal

e encaminhar tais manifestações aos setores administrativos competentes, mantendo o interessado sempre informado sobre as providências adotadas; **§ 2º** Os Tribunais que já tenham instituído suas Ouvidorias deverão providenciar a adequação de seus atos aos parâmetros fixados nesta Resolução, no prazo de sessenta dias.

Ouvidoria do TJTO

0800-6444334

E-mail: ouvidoria@tjto.jus.br

Cartas: Ouvidoria Judiciária do Tribunal de Justiça - Palácio da Justiça Rio Tocantins - Praça dos Girassóis, s/nº - Centro CEP: 77.015-007 - Palmas - TO

ESPECIAL

Conheça a Secretaria das Varas Criminais de Palmas

O juiz Rafael Gonçalves de Paula, da 2ª Vara Criminal de Palmas, preside a Secrim, projeto piloto implantado em abril



Criada para otimizar o cumprimento das determinações judiciais e dar mais celeridade aos processos eletrônicos em tramitação nas 1ª, 2ª e 3ª Varas Criminais de Palmas, a Secretaria das Varas Criminais (Secrim) ultrapassou a marca de 600 processos com atos cumpridos no primeiro mês de funcionamento e representa um caminho para a modernização das rotinas do Judiciário. A avaliação é do presidente da Secrim, o juiz Rafael Gonçalves Paiva.

O magistrado revela que idealizou e apresentou a ideia de uma central única para o Judiciário em 2013, com o nome de “Justiça Una”, inspirado em um tribunal argentino. “Eu visitei um tribunal na Argentina, ainda com processos físicos, no qual havia um corredor com várias salas para os servidores. No final do corredor ficavam os gabinetes dos juízes e os escrivães; o juiz despachava, o escrivão levava o processo para aquelas salas para o cumprimento; depois era levado novamente para o gabinete”, conta.

Ele explica que a Secrim representa o piloto daquela ideia inicial de criar uma central única do Poder Judiciário. “É a possibilidade de, no futuro, todo o servidor do Poder Judiciário trabalhar numa grande central das unidades em favor de todas as comarcas do Estado. Com o processo eletrônico, o servidor em qualquer lugar que ele esteja, poderá movimentar os processos de qualquer uma das comarcas”, vislumbra.

Após o pedido original protocolado pelo juiz em 2013, foi preciso esperar a digitalização integral de todos os processos em tramitação nas varas criminais de Palmas e também a lotação dos servidores que o TJTO colocou à disposição da Secrim.

COMO FUNCIONA

As servidoras, reunidas numa sala no Fórum de Palmas, são responsáveis pelo cumprimento

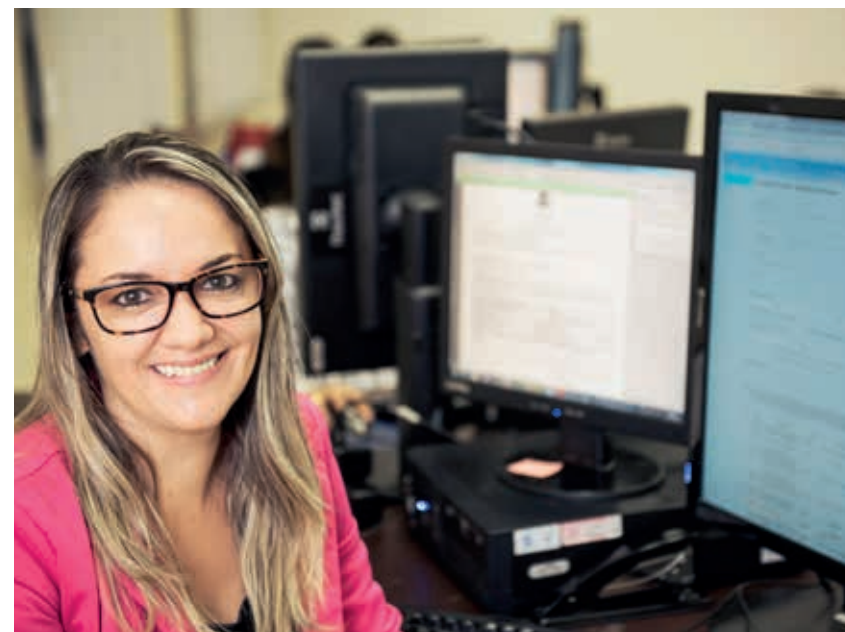
das determinações judiciais proferidas em processos eletrônicos, em trâmite nas 1ª, 2ª e 3ª Varas Criminais de Palmas, do recebimento da denúncia até a baixa definitiva.

Para entrar em funcionamento, o sistema e-Proc passou por modificações para incluir a Secrim como unidade, para a qual os processos são remetidos eletronicamente, após os despachos dos magistrados.

“Hoje a secretaria cumpre as determinações judiciais como a expedição de mandados, envio de ofícios e de cartas precatórias. Quando o juiz despacha o processo, em vez de ir para a escrivania, onde devia ser cumprido, agora é remetido para a secretaria. Lá os servidores vão expedir os mandados, os ofícios e, depois de cumprido isso, o processo volta para o gabinete do juiz para o andamento normal”, explica.

Secretária da Secrim, Jocyleia Santos Falcão Martins destaca que uma das medidas práticas efetivadas a partir do funcionamento da unidade foi a unificação de documentos em um só modelo aplicado a todos os processos. “Os juízes das três varas se reuniram e criaram, por consenso, modelos únicos adotados pela Secrim, para documentos como carta precatória, mandados de citação, intimação, de ofícios; e esses modelos facilitam muito o trabalho do servidor, pois o sistema já busca os dados cadastrados do intimando e representa um trabalho a menos para o servidor, o que agiliza o trabalho”, explica.

Jocyleia também destaca a otimização do tempo das servidoras, que se dedicam aos processos, por não precisar interromper o trabalho para demandas externas, como ocorriam nos cartórios. “Quando unifiquei as três varas numa sala única, os servidores ficam concentrados apenas no cumprimento das determinações judiciais; no cartório havia o atendimento às partes,



Jocyleia Santos Falcão Martins
Secretária da Secrim

no balcão, ou ao advogado, então sempre interrompia o trabalho”.

Para o presidente da Secrim, o futuro será a criação da central única do Poder Judiciário reunindo todos os servidores do Judiciário. “Parece algo fantástico, mas o servidor poderá trabalhar de qualquer lugar do Estado. E isso vai resolver o problema de uma comarca ter pouco servidor e outra com acumulado de processo”, diz. Segundo o magistrado, isso permitirá, por exemplo, realizar milhares de audiências num

mês, por que a central única terá os servidores necessários pra o cumprimento dos atos necessários.

O juiz estima ainda que, em pleno funcionamento e com os resultados estimados, o Poder Judiciário poderá regular a modalidade trabalho Home Office, com o servidor trabalhando de forma remota. “O Tribunal de Justiça pode regular a possibilidade de o servidor trabalhar em casa, de forma remota, liberando uma parte do período do dia sem precisar vir ao local de trabalho; o projeto original pensa nessa possibilidade”.



Lançada nova ferramenta de gestão de atos no sistema e-Proc

O Poder Judiciário lançou em maio uma funcionalidade no Sistema de Processo Judicial Eletrônico (e-Proc/TJTO) que permite aos magistrados obterem relatórios gerenciais com a produtividade dos servidores na movimentação de processos eletrônicos. A ferramenta, desenvolvida a pedido da Corregedoria Geral da Justiça, foi apresentada aos juízes pelo presidente do TJTO, Ronaldo Eurípedes, no segundo encontro com os magistrados.

A funcionalidade de avaliação e acompanhamento da produtividade do servidor está disponível para os magistrados, gestores de comarcas ou de setores do Tribunal de Justiça, no e-Proc/TJTO. Na tela inicial o magistrado acessa o perfil conforme o grau de jurisdição (de corregedoria ou distribuição) e define a data inicial e final para a emissão dos relatórios.

“O sistema vai aumentar a celeridade dos processos na escritania”, justifica o diretor judiciário do TJTO, Francisco de Assis Sobrinho. Conforme o diretor, cada relatório gerado lista nominalmente os servidores e quantifica, para cada um deles, o total de eventos (cada movimentação do processo) com ou sem a geração de documentos.

“De acordo com a tabela de movimentação processual do e-Proc, o sistema gera um contador dos atos processados pelo servidor e, logo abaixo, lista os processos que ele acessou no período selecionado”, conclui.

TJTO elege desembargadores para integrarem a corte do TRE

O Pleno do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) escolheu a desembargadora Jacqueline Adorno para continuar integrando a corte do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-TO), como juiz membro titular durante o próximo biênio. A desembargadora encerra o primeiro biênio no dia 27 de junho.

Na mesma sessão, o Pleno também elegeu para a corte eleitoral a desembargadora Ângela Prudente. Ela ocupará a vaga a ser deixada pelo desembargador Marco Villas Boas que não pode ser reconduzido, porque encerrará seu segundo biênio no TRE-TO no dia 30 de junho.

Também foram eleitos como juízes substitutos do TRE, os desembargadores João Rigo Guimarães e Etelvina Maria Sampaio Felipe nas vagas deixadas pelos desembargadores Ronaldo Eurípedes e Eurípedes Lamounier.

O TJTO também elegeu o juiz Agenor Alexandre da Silva para ocupar o cargo de juiz do Tribunal Regional Eleitoral na vaga do juiz José Ribamar Mendes Júnior. Atual vice-corregedor regional eleitoral o magistrado encerra o segundo biênio no dia 30 de junho. O juiz Agenor já é juiz substituto na corte eleitoral.

Conforme a Resolução do TRE-TO N° 282, de 11 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Regimento Interno da corte, o TJTO participa da composição da corte eleitoral com dois desembargadores e dois juízes, escolhidos pelo Tribunal de Justiça, dentre seus juízes de Direito, mediante eleição por voto secreto.

A norma estabelece que os suplentes dos juízes titulares, denominados juízes substitutos, são escolhidos pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

Juízes do TJTO na composição do TRE-TO

Des^a. Jacqueline Adorno De La Cruz Barbosa
Biênio: 28/06/2013 a 27/06/2015

Des. Marco Anthony S. Villas Boas
Biênio: 01/07/2011 a 30/06/2013 e 01/07/2013 a 30/06/2015

Juiz José Ribamar Mendes Júnior
Biênios: 01/07/2011 a 30/06/2013 e 01/07/2013 a 30/06/2015

Juiz Zacarias Leonardo
Biênios: 29/05/2012 a 28/05/2014 e 29/05/2014 a 28/05/2016

Substitutos

Juiz Agenor Alexandre da Silva
Biênio: 08/05/2014 a 07/05/2016

Juiz Gilson Coelho Valadares
Biênio: 08/05/2014 a 07/05/2016



ZAP JUSTIÇA O SERVIDOR POR DENTRO DO PODER JUDICIÁRIO



O Zap Justiça é um vídeo jornal interativo feito para o servidor do Poder Judiciário tocantinense, com notícias, informações, serviços e entretenimento. Tudo muito fácil e rápido.

Você servidor, participe enviando seu vídeo ou sugestão de matéria para o e-mail:

tjtocomunica@gmail.com

Caminhos da Justiça discutirá nas 42 comarcas propostas para avanço do Judiciário



Paraíso, Palmas, Ponte Alta foram as três primeiras a receber projeto encabeçado pelo TJTO

Launched no final de abril pelo presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, Ronaldo Eurípedes, o projeto “Caminhos da Justiça” vai reunir em encontros nas 42 comarcas a Presidência do Tribunal, magistrados e servidores para trocar informações em torno do aperfeiçoamento dos serviços prestados aos jurisdicionados.

A Comarca de Paraíso do Tocantins foi a primeira a receber a caravana do TJTO composta pelo presidente, a chefe de gabinete do TJTO, Gizella Bezerra; o juiz auxiliar Esmar Custódio Vêncio Filho; os diretores Francisco Cardoso (Geral); Marco Aurélio Giralde (Tecnologia da informação); João Carlos Sarri (Obras); Vanusa Bastos (Comunicação Social); e o coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos (Coges), José Eudacy Feijó de Paiva.

Na última semana de maio, o projeto percorreu as comarcas de Palmas (26), Ponte Alta do Tocantins (27), fechando as três primeiras comarcas a receberem o projeto. Porto Nacional (28), Gurupi (29) e Peixe (30) também já participaram.

De acordo com o presidente do TJTO, o Judiciário vive um novo momento e a gestão convoca a todos para participar dessa mudança por meio da formação de comissões locais. Essas comissões devem apresentar os problemas e indicações de solução para uma prestação jurisdicional mais célere ao cidadão. A presidência fixou um prazo de 30 dias para responder às demandas apresentadas pela comissão.

“O Judiciário sou eu, é o juiz, são vocês. Não tem minha comarca,

meu cartório, é o Poder Judiciário. Temos o melhor processo eletrônico, número de juízes e servidores suficientes para atender o Tocantins. É um judiciário forte, um dos mais modernos do país, mas ainda temos um gargalo grande para resolver, precisamos aumentar a nossa produtividade”, afirmou o presidente durante a edição de Ponte Alta.

Nos encontros, Ronaldo Eurípedes convoca a todos, magistrados e servidores a se comprometerem cada vez mais com o Judiciário e com a sociedade e ressalta que a união de forças garantirá uma Justiça cada vez mais eficiente. “Nós estamos diminuindo as distâncias” Onde estiver um servidor do Judiciário eu quero visitar para juntos fazermos a transformação que o judiciário precisa. Não temos mais espaço para comodidade.

Juntos desembargador, juiz, servidor somos o Judiciário”. O presidente aproveita os encontros para apresentar a proposta de trabalho remoto, medida que pretende equalizar a mão de obra do Judiciário. “Estamos vivendo um momento de transição e temos ótimos exemplos de servidores que dobraram produtividade com o trabalho remoto”, ressaltou.

Os encontros também servem para a apresentação das novidades comunicacionais do Judiciário como este periódico mensal “O Judiciário” e o programa “Zap Justiça”, um programa de vídeo, produzido com celular pelos servidores do Judiciário e editado pelo Centro de Comunicação para o envio ao público interno do Judiciário, por meio do aplicativo WhatsApp.

Implantado gerenciador de requisição de valores no TJTO

Portaria baixada pelo presidente do TJTO, desembargador Ronaldo Eurípedes, uniformiza o módulo da lista unificada Precatórios e Requisição de Pequeno Valor - RPV do Tribunal de Justiça do Estado.

A norma regula o uso do Gerenciador de Requisição de Valores (GRV), um sistema que inclui o módulo de Lista Unificada mantida permanentemente atualizada. A lista mantém o cadastro inequívoco dos processos pela Secretaria de Precatórios, observados a precedência e a data da validação no Tribunal.

O sistema mantém permanentemente o cadastro dos requisitórios pela Secretaria de Precatórios, a lista unificada de RPVs e disponibilizará a relação de preferências em decorrência da prerrogativa constitucional de idosos e portadores de doença grave, crônica ou perene.

Em relação aos precatórios originários do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e Tribunal Regional Federal da 1ª Região caberá aos tribunais, através de termo de cooperação, cadastrar e manter atualizados os precatórios no sistema GRV.

A portaria estabelece que as entidades devedoras acessarão o sistema para consultar a lista unificada dos precatórios e RPVs, inclusive o valor individual atualizado. Para ser considerado quitado o RPV, o depósito realizado pela devedora deve corresponder ao valor atualizado do mês que tenha sido quitado até o último dia do mês de referência ao da atualização.

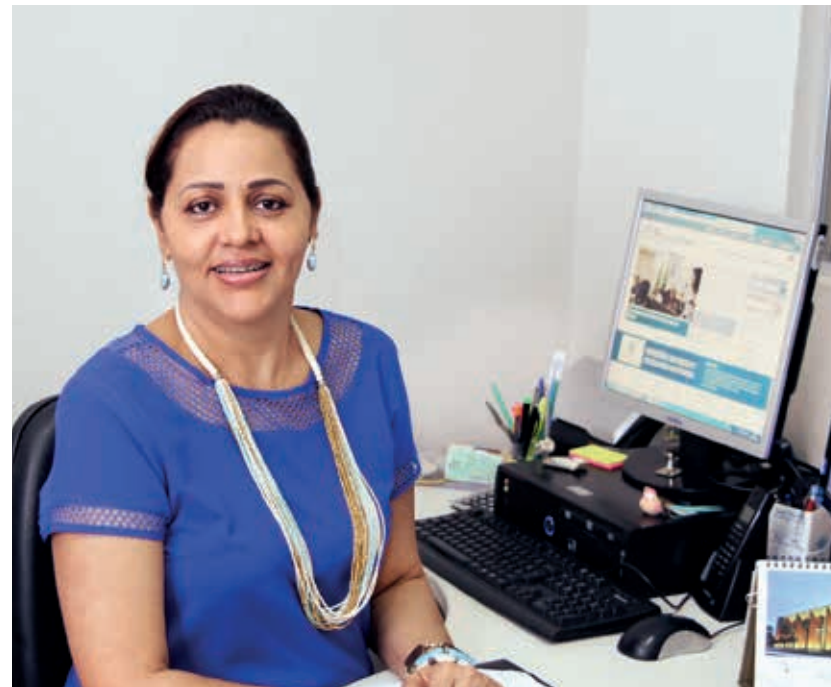
Expert em eventos

Criada em Goiânia por uma família que a adotou assim que nasceu e fora doada pela mãe biológica para a filha de uma cabeleireira no Distrito Federal, Cida Reis fez carreira no Judiciário tocantinense após trocar Brasília pela capital provisória do Tocantins, durante o processo de implantação do Estado em 1989.

Além das tarefas do cargo para o qual seria aprovada em concurso público dez anos depois, Maria Aparecida Gomes Bispo dos Reis, seu nome civil, se fez reconhecer por uma habilidade singular: a capacidade de conseguir qualquer item, qualquer mesmo, necessário à infraestrutura de eventos. “É zelar pelos detalhes; nada pode dar errado na logística”, resume.

A decisão de morar no novo estado ocorreu durante as férias, no mês de novembro de 1989, quando visitou familiares que atuavam no Tribunal de Justiça, em Miracema. Tinha 32 anos de idade e estava disposta a não voltar para o Distrito Federal após a visita. Demitiu-se por telefone de uma empresa de autopeças de Brasília, onde trabalhava. Voltaria à empresa somente no ano seguinte, para o acerto de contas.

Em Miracema, morou inicialmente com a irmã e o cunhado. Em 1990 transferiu-se para Palmas, onde morou em alojamento público. Do local, sua maior lembrança são as festas organizadas sob qualquer



pretexto. “Tudo era motivo para festa”, brinca.

Comissionada no Judiciário por uma década. Também tentou carreira no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) em 1992. Com inscrição e provas em Porto Nacional, vizinha à capital, Cida Reis, de surpresa, inscreveu também o então namorado que conheceu justamente em uma das tradicionais festas na antiga Praia da Graciosa.

Ela não conseguiu aprovação para vaga de auxiliar judiciário. O namorado, que já lhe havia conquistado o coração, obteve a vaga de agente de segurança. O casamento não demorou. E gerou

o único filho do casal, hoje com 21 anos, que se prepara para ser médico.

Em sua trajetória no serviço público, destaca nominalmente servidoras que considera importantes na luta pela implantação do Judiciário, como Dalva, Dinah e Zelita, entre outras, que a iniciaram no serviço público e foram importantes para que se efetivasse em 2000 após aprovação em concurso público do Tribunal de Justiça para o cargo de técnico judiciário de 2ª Instância.

Nos 26 anos de atuação, trabalhou na Diretoria Administrativa, na Comissão de Licitação, na Comissão de Seleção e Treinamento, na

Maria Aparecida Gomes Bispo dos Reis desenvolveu expertise em logística

Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) e Diretoria de Gestão de Pessoas, sua lotação atual. Em todos, é capaz de se lembrar dos eventos que organizou e os detalhes da logística neles empregada.

Sua expertise é cumprir o check-list essencial na organização do evento: situação da sala vip, funcionamento do auditório, o serviço de limpeza, o buffet, as mesas, cadeiras e tapetes, por exemplo. Em resumo: da contra-regra aos serviços de saúde dos eventos. Uma habilidade que vem sendo aprimorada, de forma autodidata, desde as festinhas de aniversário que organizou no início da capital.

E é nesta área que pretende atuar quando se aposentar do serviço público no próximo ano. “Pretendo mexer com locação de materiais para eventos; é uma área que eu gosto e vou ter oportunidade de atuar”, diz, ao condicionar o local do futuro trabalho à cidade onde o filho conseguir aprovação para o curso de Medicina.



Tribunal de Justiça

Des. RONALDO EURÍPEDES (Presidente)
Des. LUIZ GADOTTI (Vice-presidente)
Des. EURÍPEDES LAMOUNIER (Corregedor geral)
Des.ª MAYSA VENDRAMINI ROSAL (Vice-corregedora)
Des.ª ÂNGELA PRUDENTE (Ouvidora)
Des. JOSÉ DE MOURA FILHO
Des. MARCO VILLAS BOAS
Des.ª JACQUELINE ADORNO
Des. HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO
Des.ª ETELVINA MARIA SAMPAIO FELIPE
Des. JOÃO RIGO GUIMARÃES

Juíza Convocada

Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS

Juízes Auxiliares da Presidência

Juíz ESMAR CUSTÓDIO VÊNICO FILHO
Juíz RONICLAY ALVES DE MORAIS

Diretoria do Centro de Comunicação Social

Fone: (63) 3218-4437
E-mail: tjtoascom@gmail.com
imprensa@tjto.jus.br

Vanusa Bastos Diretora

O Judiciário

Lailton Costa
Redação e Edição

Luiz Pires
Kézia Reis
Textos

Rondinelli Ribeiro
Fotografia

Igor Matuoca
Direção de Arte, Projeto Gráfico e Editoração

André Tavares
Infográfico

Abelson Ribeiro
Publicidade

Mara Roberta de Souza
Revisão

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Palácio Rio Tocantins
Praça dos Girassóis, s/n - Palmas-TO - 77015-007

Fone: (63) 3218-4300

www.tjto.jus.br

@tjtocantins

TJTocantins

Edição: 002/2015

Tiragem: Mil exemplares

Caminhos da Justiça

**OUVINDO MAGISTRADOS E
SERVIDORES PARA CONSTRUIR UM
PODER JUDICIÁRIO
CADA VEZ MAIS EFICIENTE**

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ESTADO DO TOCANTINS